

ABUSO DE PODER PUNITIVO DO ESTADO: A MÚSICA COMO EXPRESSÃO DE RESISTÊNCIA

ABUSE OF THE STATE'S PUNITIVE POWER: MUSIC AS
AN EXPRESSION OF RESISTANCE

ABUSO DEL PODER PUNITIVO DEL ESTADO: LA MÚSICA
COMO EXPRESIÓN DE RESISTENCIA

SUMÁRIO:

1. Introdução; 2. Direito Penal e o *JUS PUNIENDI* do Estado; 3. Investigação e tratamento diferenciado para com os sujeitos vulneráveis; 3.1 Lei do Abuso de Autoridade; 3.2 Exemplos de Opressão Estatal através dos Sistemas Jurídico e Repressivo; 3.2 Exemplos do abuso de poder punitivo do Estado: relatos familiares de assassinatos cometidos por policiais militares no Brasil; 4. A arte como forma de manifesto; 4.1 Negro Drama: A realidade de um preto periférico, contada por um preto periférico; 4.2 Banditismo por necessidade? Banditismo por pura maldade? Banditismo por uma questão de classe?; Conclusão; Referências.

RESUMO:

Este artigo analisa como o Estado abusa do poder punitivo e trata de forma discriminatória indivíduos periféricos, em especial, a população negra. Traz um contexto histórico acerca da figura do negro no Brasil e o racismo estrutural enraizado na sociedade. Além disso, são abordados alguns conceitos do Direito Penal brasileiro e as suas facetas. O objeto de pesquisa estudado foi a música, sendo analisadas duas letras. Evidenciou-se a maneira discrepante que o Estado trata o sujeito de pele negra e baixa renda, sendo

Como citar este artigo:
MARQUES FILHO,
Elvis, FERREIRA,
Júlia, COSTA, Mário,
RODRIGUES,
Josenilson,
FIGUEIREDO,
Luciano. Abuso de
poder punitivo do
estado: a música
como expressão
de resistência.
Argumenta Journal
Law, Jacarezinho – PR,
Brasil, n. 40, 2023,
p. 203-234

Data da submissão:
01/04/2022
Data da aprovação:
27/07/2023

1. Universidade Estadual do Piauí - Brasil
2. Universidade Estadual do Piauí - Brasil
3. Universidade Estadual do Piauí - Brasil
4. Universidade Estadual do Piauí - Brasil
5. Universidade Estadual do Piauí - Brasil

a música importante elemento de manifestação contrária a esses abusos cometidos pelo Estado.

ABSTRACT:

This article analyzes how the state abuses its punitive power and treats peripheral individuals, especially the black population, in a discriminatory manner. It provides a historical context of black people in Brazil and the structural racism rooted in society. In addition, some concepts of Brazilian Criminal Law and its facets are addressed. The research object studied was music, and two lyrics were analyzed. The discrepant way in which the state treats people with black skin and low incomes was highlighted, and music is an important element in demonstrating against these abuses committed by the state.

RESUMEN:

Este artículo analiza cómo el Estado abusa de su poder punitivo y trata de forma discriminatoria a los individuos de la periferia, especialmente a la población negra. Proporciona un contexto histórico de la población negra en Brasil y del racismo estructural arraigado en la sociedad. Además, se abordan algunos conceptos del Derecho Penal brasileño y sus facetas. El objeto de investigación estudiado fue la música, y se analizaron dos letras de canciones. Salió a la luz la forma discrepante en que el Estado trata a las personas de piel negra y bajos ingresos, y la música es un elemento importante para manifestarse contra estos abusos cometidos por el Estado.

PALAVRAS-CHAVE:

Música; Abuso de Poder; Estado; Segregação social.

KEYWORDS:

Music; Abuse of Power; State; Social segregation.

PALABRAS CLAVE:

Música; Abuso de Poder; Estado; Segregación Social.

INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta um quadro de significativo contraste nos indicadores sociais e econômicos, que são corolários da desigualdade no território pátrio. Esse cenário foi historicamente constituído e intensificado no século XX, contribuindo para a acentuação da desigualdade e da exclusão social (LEMOS, 2007). Uma das principais consequências desse processo é a segregação de alguns grupos, que são marginalizados com base em diversos fatores, entre eles os econômicos, hierárquicos e culturais (MARCUSE, 2004). A segregação econômica proporciona disparidade de renda e, conseqüentemente, de oportunidades, o que redundará em menor chance de sucesso e realização profissionais e sociais dos grupos prejudicados, fazendo com que a desigualdade continue evoluindo.

Além disso, observando uma série de dados é possível constatar que a exclusão – e as consequências que derivam dela – possuem um padrão racial, afetando, primordialmente, pessoas negras e pardas. Números recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimam que haviam 13,5 milhões de pessoas na condição de extrema pobreza no Brasil no final da década passada, ou seja, com uma renda per capita inferior a R\$ 145,00 mensais, com base nos valores de 2019. Desta parte da população, 73% era composta de pessoas pretas ou pardas (IBGE, 2021). Ainda de acordo com os dados do IBGE, o rendimento médio domiciliar de pretos e pardos, no mesmo período, equivalia à metade do rendimento domiciliar médio de pessoas brancas. Ademais, as estatísticas desfavoráveis não são apenas consequência de um lapso temporal recente, pois apresentam recorrência histórica (DOMINGUES, 2005).

Além disso, a população negra apresenta, reiteradamente, menor expectativa de vida, aliada à tendência de morar em bairros mais pobres e violentos e de sofrerem mais com a violência das ações policiais. Outrossim, os negros representavam 63% da população em situação de pobreza e 70% da população em extrema pobreza no final do século XX. Tudo isso aliado a uma taxa de analfabetismo três vezes maior entre este grupo, quando comparado a outros, formados por pessoas não negras (DOMINGUES, 2005).

Buscando as raízes históricas dessas disparidades, observa-se que elas derivam da concentração de terra e das relações sociais provenientes do sistema escravista, além do colonialismo. A ideia de superioridade do

homem europeu sobre as demais raças causou uma profunda estratificação social ainda no Brasil colônia, lançado as bases para a desigualdade existente no país atualmente (SOUZA, 2016). Além disso, a abolição da escravidão não promoveu uma integração social imediata, uma vez que o despontar da República nutria interesses flagrantemente serviais das elites brancas, o que restou em uma política de opressão disfarçada, em que o uso da força policial e do punitivismo passaram a ser utilizados em uma tentativa de manutenção do domínio sobre as massas negras (FLAUZINA, 2006).

Desta forma, após promulgada a Lei Áurea, os antigos escravos passaram a sofrer com o revés social imposto pelas dificuldades decorrentes do período de escravidão. A elitização existente no despontar da República também garantiu o monopólio da terra – principal meio de produção e fonte de riqueza (FLAUZINA, 2006). A conjuntura do rompimento com o sistema escravista impossibilitou a ascensão social e financeira dos antigos escravos. Ergueu-se, portanto, uma barreira à inserção dos negros no mercado de trabalho – dominado, em grande parte, por imigrantes brancos. Todos esses fatores deram causa a uma realidade de vadiagem e miséria, afetando os antigos escravos (ANDRADE; ROSA, 2020). Desta forma, o período pós-abolicionista foi de difícil adaptação para os negros, fazendo com que se perpetuasse um ciclo de pobreza e, consequentemente, de vulnerabilidade à violência.

O próprio Estado, através do seu poder punitivo, tratou de criminalizar condutas que eram direcionadas à população negra (SOUZA, 2016). Primeiramente, no Código Penal de 1890, foi criminalizada a vadiagem, que restou como consequência das dificuldades de inserção da população negra na sociedade após a abolição da escravidão; outrossim, o Código supracitado também criminalizou a capoeira, esporte típico dos escravos. Meio século depois, já em 1941, a Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei Nº. 3.688, de 1941), tipificou a mendicância e a vadiagem como infrações penais, afetando as classes mais pobres e estratificadas da população, composta, em grande parte, de pessoas negras, afetadas pelas condições supracitadas (ANDRADE; ROSA, 2020).

Finalmente, somando-se a esse quadro de desfavorecimento histórico, surge, na década de 1970, o que ficou conhecido como criminalização da pobreza, uma condição que se desenvolveu em diversos lugares

do mundo e que tinha por embasamento filosófico a idealização estatal do liberalismo, que buscava minimizar o Estado e seus gastos, causando reflexos no investimento destinado às políticas públicas. Esse cenário representou um afastamento ainda mais enfático do Estado com as classes econômicas menos favorecidas, provocando a substituição de políticas públicas específicas pelo cárcere (MOURA; VIEIRA, 2020).

O resultado desse contexto histórico na formação do Brasil é uma sociedade desigual e segregacionista que, a despeito de algumas tentativas de reverter o quadro supracitado, como a instituição de ações afirmativas, segue com um racismo estrutural danoso, acabando por atribuir ao negro, principalmente o negro periférico, uma conta pela qual não seria ele o principal devedor.

Diante desse panorama opressivo, despontaram, historicamente, algumas formas de resistência, entre as quais está a música. Seja a capoeira, que funcionava como diversão e preparo dos escravos contra os senhores, seja a música popular brasileira na luta contra a ditadura ou as músicas que vêm da periferia e representam o sentimento da coletividade violada pela interferência estatal desmedida, seletiva e opressora. A arte musical se apresenta como uma forma de alívio e protesto, pois ao mesmo tempo em que diverte os ouvintes e praticantes, também chama a atenção para os problemas sociais e sentimentos revelados nas letras das canções.

Sob essa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar a música que o indivíduo ou um grupo de indivíduos utilizam como forma de resistência à discriminação institucional e histórica, principalmente no que tange aos abusos do Estado na repressão aos crimes cometidos em subúrbios, denotando a diferença de tratamento e de penalização em relação a esses grupos existentes no meio social.

A pauta levantada diz respeito a música e como ela se expressa em relação à hostilidade do Estado, as ilegalidades e injustiças para com a população prejudicada. Assim sendo, a problemática da pesquisa consiste na ideia da discriminação institucional como um elemento danoso à sociedade em geral. O crime de abuso de poder é de fato devidamente penalizado? Como o racismo estrutural se revela no julgamento de indivíduos vulneráveis?

É de enorme relevância não só para o estudo do Direito, como também para a sociedade como um todo, isso porque, a segregação social

trata-se de um problema real, iminente e lesivo à coletividade. Sob o ponto de vista jurídico reflete diretamente no descumprimento dos preceitos constitucionais, em especial a dignidade humana.

A metodologia de pesquisa utilizada no texto é a bibliográfica e documental. O material consiste em textos de artigos científicos, obras literárias, além da letra da lei. Por fim, a música será utilizada nesse material como objeto de pesquisa e assim será introduzida no processo metodológico.

O intuito é verificar o lugar de fala, o discurso do autor da letra e o contexto, além da relevância social da manifestação artística, no processo de resistência à discriminação institucional, para isso, será utilizada a análise do discurso de Eni Orlandi (2009).

A pesquisa se estrutura conforme a metodologia da pesquisa bibliográfica e documental, trazendo não somente a legislação, mas também a doutrina. Além do mais, serão utilizados trechos literários, assim como estrofes de músicas no corpo deste texto com o intuito de enriquecer o seu conteúdo.

Antônio Carlos Gil (2002) traduz a pesquisa bibliográfica como sendo aquela desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Completa a análise aludindo as pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

O método abordado é o da revisão de literatura, caracterizado pelo autor acima mencionado, como análise de material bibliográfico acerca do estudo em epígrafe.

Os elementos elencados serão apresentados de maneira exploratória e revistos através do método qualitativo de pesquisa conforme a subjetividade das ideias expostas, cada uma interpretada dentro da sua realidade específica.

Para Antônio Carlos Gil, pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Assim sendo, este artigo analisará, através dos métodos acima elencados, trechos musicais da banda Chico Science & Nação Zumbi e da ban-

da Racionais MC's. Nessa análise, como já dito, se observará também o local de fala, as origens dos autores e a expressividade dessas músicas, em consonância com o Estado Democrático de Direito, sua forma de punir e a legislação vigente.

2. DIREITO PENAL E O *JUS PUNIENDI* DO ESTADO

Desde as primícias da organização social em grupos ou comunidades, a figura do Direito Penal – ou da pena, inicialmente – se faz presente. Este ramo é, supostamente, o mais antigo do Direito, e sua evolução se confunde com a própria história da humanidade (MASSON, 2019). Todos os grupos sociais, com maior ou menor grau de organização, apresentaram uma tendência em adotar medidas que implicavam na punição daqueles que desobedeciam às regras estabelecidas pela coletividade (GRECO, 2017).

Não obstante, pode-se perceber três momentos históricos que são determinantes no percurso do Direito Penal, a saber: período da vingança divina, período da vingança privada e período da vingança pública. Na vingança divina, os indivíduos não observavam padrões de causalidade e consciência a respeito dos fatos que praticavam, antes, puniam pela idealização do sobrenatural, do receio do castigo divino. As penas, nesta fase, possuíam caráter expiatório, e punia-se o infrator para agradar as divindades (MASSON, 2019).

Paulatinamente, a vingança divina deu azo à vingança privada, fator decorrente, em grande parte, do crescimento dos grupos sociais, exigindo novas formas de relacionamento e organização nas sociedades. Durante este período histórico, a infração cometida contra uma pessoa era considerada como uma infração coletiva, não individual. Daí punia-se pela ofensa ao grupo, e não a indivíduos isoladamente considerados (MASSON, 2019). Valia-se da “lei do mais forte”, pois um ofendido teria direito de exercer a retribuição à ofensa praticada. Essa visão de ofensa coletiva levou, muitas vezes, à guerras e extermínios grupais.

Finalmente, o contínuo crescimento da sociedade demandou uma nova forma de organização, que melhor atendesse aos interesses comunitários e, não apenas isso, mas que mantivesse a disciplina dos grupos. Assim, o Estado abdica para si a responsabilidade de manter a ordem social, o que dá causa ao surgimento da vingança pública (MASSON, 2019).

Apesar do avanço proveniente da supressão das vinganças divina e privada, o despontar deste período também foi responsável pelo surgimento de penas com caráter cruéis e desumanas, pois seu objetivo era manter o controle social e, para isso, usava-se da intimidação (GRECO, 2017).

Importante destacar também que, devido a relação tênue entre Igreja e Estado na Idade Média, o Direito Penal, por muito tempo, sofreu influência daquela, sendo usado como um mecanismo de domínio e imposição das vontades tanto da Igreja, quanto das monarquias absolutistas sobre a sociedade. Por este motivo, as penas desse período possuíam uma mesclagem de crueldade e misticismo. É o que pode ser observado na obra *Vigiar e Punir*:

[Damien fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça de Greve, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos, e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento (FOUCAULT, 1999, p. 8).

Como é possível perceber através do relato, a aplicação das penas era feita com foco na aflição corporal. Flagrantemente havia uma desproporção entre o mal praticado e a retribuição cominada. Ainda de acordo com a transcrição acima, observa-se que as penas eram cruéis e a própria tortura era o mecanismo através do qual o Direito Penal exercia seu *modus operandi*. Essa forma de atuação do Estado não foi facilmente superada, e deu-se em recorrência por muito tempo, como demonstram os escritos de Beccaria (2015).

Além disto, não havia direito ao contraditório e o processo era inquisitivo em sua plenitude. Os acusados, não poucas vezes, sequer tomavam conhecimento dos elementos pelos quais eram responsabilizados, suportando a produção de provas em seu desfavor sem que delas pudessem conhecer e se defender (BECCARIA, 2015). Os juízes, por sua vez, eram

corruptos e tratavam ricos e pobres sem isonomia, proferindo decisões favoráveis a quem maior poderio financeiro e influência possuísse (GRECO, 2017).

Esse cenário de opressão permaneceu imperativo durante séculos, até começar a ter sua legitimidade questionada no período do Iluminismo e, de forma mais profunda, no Iluminismo Penal. Esse momento de transformação teve como principal representante justamente o economista e jurista italiano Cesare Beccaria que, na obra “Dos Delitos e Das Penas”, de 1764, questionou de forma sistematizada o uso inadequado do Direito Penal como um instrumento de opressão seletiva e combateu a crueldade das penas aplicadas (BECCARIA, 2015).

Desse período histórico resultam os primórdios de diversos princípios indispensáveis ao Direito Penal contemporâneo, como o princípio da legalidade, da ampla defesa e do contraditório. A obra do jurista italiano também defendeu o redirecionamento das políticas penais, construindo uma nova mentalidade sobre a função da aplicação do Direito Penal, que deve sair da esfera da retribuição e abranger a prevenção. Para Beccaria (2015), a criação excessiva de tipos penais refletia o fracasso em prevenir as infrações de forma adequada, e não deveria ser o foco dos legisladores.

Beccaria foi, portanto, um garantista penal, uma vez que zelou pelas liberdades individuais e combateu os excessos e arbitrariedades perpetrados através do Direito Penal, defendendo que a lei fosse aplicada a todos, de igual modo e sem discriminação. A norma deveria ser dualista, válida para a população comum e para os monarcas, juízes e nobres (BECCARIA, 2015). Somente dessa forma poder-se-ia garantir que o Estado não usasse sua posição para desfavorecer a população, uma vez que também estaria submetido à vontade da lei e por ela limitado. O princípio da legalidade, portanto, despontou como uma garantia inerente a todos os seres humanos, mostrando-se um meio para a liberdade.

Essas concepções de igualdade entre indivíduos e zelo pela liberdade, gradativamente consolidadas, tornaram impraticáveis, já no fim do século XIX, as condutas levadas a efeito no período medieval. Contudo, antes de alcançar, de fato, uma nova era, de equidade e isonomia entre os indivíduos, o Direito Penal passou a sofrer apropriação de teorias modernas, evitando que o progresso em sua esfera de aplicação pudesse, de fato, acontecer. Entre essas teorias, destaca-se a aplicação do conceito de raças

aos seres humanos, levada a efeito pelo positivismo penal (SOUZA, 2016).

O cerne do problema em torno do positivismo e da teoria das raças consiste em apresentar a realidade de desigualdade e eugenia social como consequências de um processo evolucionista, o que deu azo, nesse caso em específico, a uma justificação da realidade social desequilibrada existente entre negros e brancos (SOUZA, 2016). Desta forma, para esta corrente teórica, a exclusão e a marginalização histórica da população negra não seria uma construção regada à desigualdade e à injustiça, mas uma consequência da inferioridade da raça negra.

Essa concepção não apenas descreditava a influência das atrocidades históricas praticadas contra a população negra – e já explanadas anteriormente –, mas utilizava a realidade criada por aquelas para justificar as relações de dominação estabelecidas, incluindo as concernentes ao desvirtuamento do uso do Direito Penal. Os negros, que desde o período colonial eram associados à selvageria, passaram a ver esse estereótipo operacionalizar a criminalização da sua raça. Foi assim que a criminologia positiva lançou a ideia de que os negros teriam predisposição nata à criminalidade (SOUZA, 2016). O direito penal brasileiro adquiriu um forte viés positivista no século XX, sob influência do médico e antropólogo Nina Rodrigues.

Essa conjuntura acabou perpetuando um caráter seletivo e segregacionista ao Direito Penal, pois as heranças históricas da escravidão, da marginalização social e da manipulação desse ramo jurídico em desfavor da população negra lançaram as bases para a opressão que o poder punitivo estatal aplica sobre o esse grupo específico. Esses fatos podem ser observados ao analisar os números relacionados à população carcerária no Brasil.

A partir da análise da amostra de pessoas sobre as quais foi possível obter dados acerca da raça, cor ou etnia, podemos afirmar que 64% da população prisional é composta por pessoas negras. Na população brasileira acima de 18 anos, em 2015, a parcela negra representa 53%, indicando a sobre-representação deste grupo populacional no sistema prisional [...]

...

[...]75% da população prisional brasileira ainda não acessou

o ensino médio, tendo concluído, no máximo, o ensino fundamental. Entre a população que se encontra no ensino médio, tendo concluído ou não esta etapa da educação formal, temos 24% da população privada de liberdade (INFOPEN, 2017, p. 32-34).

Destarte, como não há mais espaço para uma “contradição aberta” do Direito Penal, o sistema jurídico punitivista se reinventa para, de forma sutil, manter o nível de desigualdade existente na aplicação deste ramo. Esse fator está relacionado ao que Zaffaroni (2001) entende como a falta de racionalidade do discurso jurídico-penal, um fenômeno que se apresenta, principalmente, na América Latina e atinge fortemente o Brasil. Para o autor, o princípio da legalidade, que é o cerne das constituições modernas no que tange à regulamentação do direito penal, sofre distorções e interferências de forma a proporcionar a manutenção das formas de opressão contra os grupos menos favorecidos da sociedade. O que deveria ser um fator de forte limitação do Direito Penal acaba sendo suprimido na prática jurídica cotidiana.

Essa distorção da legalidade é observada tanto em julgamentos práticos, quanto na ação policial e no processo legislativo. No campo prático, a atuação dos promotores, delegados e juízes é, muitas vezes, parcial, adotando posturas distintas para casos que tratem de crimes mais corriqueiros – em geral praticados por pessoas menos favorecidas – e os chamados “crimes de colarinho branco”, que costumam envolver agentes com maior poder aquisitivo e status. Em relação ao processo legislativo, também se observa uma tendência em inflar o diploma com tipos penais que afetam, primordialmente, a população menos favorecida, criminalizando condutas que são praticadas historicamente por pessoas com baixo poder aquisitivo e das periferias (ZAFFARONI, 2001).

Finalmente, observa-se o rompimento com o princípio da legalidade nas operações policiais. Neste último caso incorre a essência do segregacionismo penal, pois a atividade policial se dá de forma opressiva, afetando comunidades com pessoas majoritariamente negras e com poucas condições econômicas. As abordagens, operações, condutas e ações das polícias mostram a realidade do afastamento prático do direito penal da legalidade constitucional (ZAFFARONI, 2001). Essa prática é o que explicita a seletividade do ordenamento jurídico – brasileiro, nesse caso

– em relação a um grupo ou comunidade, operando de forma plena a opressão do Estado na esfera dos menos favorecidos.

Além disso, ainda sobre a pressuposta legalidade do sistema jurídico-penal, Zaffaroni (2001) esclarece que um dos grandes problemas do Direito Penal é a capacidade limitada de exercer influência e regulamentação efetiva sobre todos os tipos penais que são planejados. Assim, a normatização penal volta sua atenção a uma grande quantidade de fenômenos, dos quais, na realidade, só poderá exercer poder repressivo sobre uma pequena quantidade. Esse cenário, por um lado, seria vantajoso ao evitar uma criminalização generalizada da sociedade, haja vista a quantidade de tipos penais existentes. Por outro lado, ocorre, destarte, uma seletividade flagrante do sistema jurídico-penal.

À medida que não há vislumbre para a repressão efetiva de todos os crimes tipificados, conclui-se, conseqüentemente, que algumas condutas serão punidas, enquanto outras permanecerão ilesas, ainda que causem sérios prejuízos sociais. Esse cenário abre margem para a arbitrariedade seletiva jurídico-penal, que passa a exercer seu poder repressivo sobre os setores vulneráveis da população (Zaffaroni, 2001). A conclusão lógica para esses fatores consiste na percepção de que o sistema jurídico-penal escolhe contra quem agir.

3. INVESTIGAÇÃO E TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA COM OS SUJEITOS VULNERÁVEIS

Max Weber (1995) diz que a existência de um Sistema de Justiça moderno é um dos principais baluartes do Estado moderno, ligada a constituição deste Estado ao monopólio do uso da coerção física, daí advindo e à utilização legal e legítima da violência. Os cidadãos reconhecem, por sua vez, o Estado como o único foro competente para exercer o monopólio do uso da coerção física. Sua legitimidade deriva de sua legalidade. A legitimidade pode assumir três formas que correspondem aos tipos puros de dominação legítima: a tradicional, a carismática e a legal (WEBER, 1995).

Os policiais, civis e militares, ao atuarem em nome do Estado para com suas funções de segurança pública, sendo atividade de natureza essencial à nação, devem velar pela legislação nacional. Muitas vezes, esses indivíduos, utilizando das suas funções, incorrem em atitudes abusivas, culminando em injustiças e tratamento desigual entre determinados in-

divíduos, notadamente na forma ríspida e hostil de ações direcionadas a grupos historicamente marginalizados.

Paulo Sérgio Pinheiro (1996), acrescenta que a violência da polícia em relação à população subalterna, na história brasileira, é constante, mas que se imputa a violência a uma falta de disciplina da polícia e não à consequência de uma política deliberada do Estado, conforme se tratava, em verdade. Os maus tratos e a tortura aos presos comuns, por exemplo, sempre foram entendidos como uma distorção decorrente do despreparo do aparelho policial ou às condições subdesenvolvidas do sistema penitenciário. Contudo, é importante rememorar que, nas lições de Zaffaroni (2001), o aparato estatal corrobora para as práticas de opressão, uma vez que direciona seu processo legislativo e repressivo de forma mais incisiva contra grupos específicos. O que não se pode confundir é, portanto, a idealização da função repressiva estatal com a sua realidade prática.

3.1 Lei do Abuso de Autoridade

A Lei 13.869/2019 é resultado de uma tentativa de reduzir a opressão estatal sobre os indivíduos e traz em seu bojo uma série de proteções normativas contra o exercício da força e do poder de forma indevidas. O diploma ficou conhecido como Lei de Abuso de Autoridade. O artigo primeiro enuncia que a lei define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído. O parágrafo primeiro diz que as condutas descritas na lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

O artigo segundo elenca o sujeito ativo do crime de abuso de autoridade como sendo qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a: servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas; membros do Poder Legislativo; membros do Poder Executivo; membros do Poder Judiciário; membros do Ministério Público; membros dos tribunais ou conselhos de contas.

Dentre os crimes que podem ser cometidos contra essas autoridades

estão as condutas de: decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais; decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo; inovar artificiosamente, no curso de diligência, de investigação ou de processo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de eximir-se de responsabilidade ou de responsabilizar criminalmente alguém ou agravar-lhe a responsabilidade; dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa sem justa causa fundamentada ou contra quem sabe inocente, entre outros.

Antônio dos Santos Pinheiro (2013), coloca o crime de abuso de autoridade como o resultado do uso excessivo de poder, praticados de maneira injusta, inadequada e exagerada com a aplicação de violência intensiva contra uma pessoa ou conjunto de várias pessoas. Desta forma, o abuso teoricamente se concretiza em grande parte da realidade jurídica e policial brasileira, como já abordado. Contudo, a proteção legislativa, assim como outros dispositivos, a exemplo do próprio princípio da legalidade, fazem parte de um arcabouço que dificilmente é eficiente para a plenitude da população, funcionando como um mecanismo acessível apenas a uma minoria não historicamente desfavorecida e abusada (ZAFFARONI, 2001).

3.2 Exemplos de Opressão Estatal Através dos Sistemas Jurídico e Repressivo

Um exemplo famoso de abuso de autoridade foi o caso da família do músico Evaldo Rosa dos Santos. Tomando por base informações da revista online El País, o Ministério Público Militar denunciou doze militares que dispararam contra o carro de uma família que se locomovia para um chá de bebê, causando a morte do músico Evaldo Rosa e do catador de material reciclado Luciano Macedo, ferido enquanto tentava ajudar a família em Guadalupe, no Rio de Janeiro. Ainda, os militares foram denunciados pelo homicídio dos dois e pela tentativa de homicídio do sogro de Evaldo, Sérgio Gonçalves de Araújo, ferido na mesma operação. Também estavam no veículo a esposa, o filho e uma amiga do músico, que não foram atingidos.

A mesma matéria informa que a juíza Mariana Queiroz Aquino Campos, da 1ª Auditoria Militar do Rio, manteve a prisão deles por en-

tender que houve “quebra das regras de engajamento” durante a ação, já que eles dispararam sem que houvesse qualquer risco ou ameaça.

Evaldo era um homem negro, conduzindo sua família a um evento do dia a dia e foi assassinado sem qualquer motivo aparente. O que se pode concluir?

O abuso da autoridade policial, acaba se naturalizando pela frequência com que esses casos se sucedem. Para Paul Chevigny (1995), a falta desses controles contribui para que a violência estrutural se transforme em agressão direta ou interpessoal, gerando formas de vitimização e insegurança que favorecem a intolerância e servem como álibis para abusos policiais. Nestes casos, a percepção de perda de controle sobre a criminalidade faz com que setores da sociedade desenvolvam comportamentos autoritários, apoiando excessos da polícia contra responsáveis por delitos grandes ou pequenos

O caso do DJ Renan da Penha é outro exemplo desse tratamento desigual dentro do poder punitivo do Estado. Sua prisão se deu em abril de 2019 e a acusação foi de associação ao tráfico de drogas. A polícia responsável pela prisão do jovem alegou que ele havia passado informações acerca de operações realizadas pelas forças armadas. No entanto a prática é comum entre os moradores de periferias, até por autoproteção devido ao uso de armamentos por parte de ambos os lados, traficantes e policiais. Segundo o G1, site de notícias da TV Globo, o DJ havia se manifestado na delegacia com a seguinte fala: “Me acusam de olheiro, que dava informações por onde a polícia passava naquela comunidade. Mas foi um mal-entendido devido que todo mundo se comunica na comunidade. Toda vez que tem uma operação todos os moradores se comunicam, entendeu? Colocaram isso como se fosse atividade do tráfico”.

Ainda, houve a menção que o músico havia postado uma foto em suas redes sociais fazendo um símbolo de arma com os dedos, e essa mesma foto foi utilizada como prova dentro do processo. Apesar de ter sido inocentado na 1ª instância por falta de provas, em sede de 2ª instância o músico foi condenado a seis anos e oito meses de prisão por associação com tráfico de drogas. Foi solto no dia 23 de novembro de 2019 em decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal.

Cabe aqui levantar um questionamento sobre atos que ocorreram nas eleições de 2018 para o cargo de presidente da República do Brasil. O

representante político Jair Bolsonaro, atual chefe do executivo, em diversas ocasiões incitou o uso de armas, não só fazendo gestos com as mãos como também portando-as em palanques por todo o país. Onde o Estado, por meio de suas autoridades, estava nessas ocasiões?

Para Paulo Sergio Pinheiro (1997), a violência endêmica – ambientada em um contexto de profundas desigualdades sociais e em um sistema de relações sociais bastante assimétricas – não é um fenômeno novo. Piorou nas duas últimas décadas, em parte porque as políticas econômicas neoliberais aprofundaram as desigualdades e condenaram milhões de pessoas da América Latina a viverem na pobreza e na exclusão social. A violência é, no entanto, também resultado direto da continuidade de uma longa tradição de práticas autoritárias das elites contra as não-elites, que por sua vez são reproduzidas entre os mais pobres.

Além desses dois casos, que tiveram grande mobilização nacional, há outro exemplo, de um processo que tramita no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Autos nº 0271912- 17.2013.8.19.0001: em 14 de julho de 2013, na favela da Rocinha, zona sul do Rio de Janeiro, o ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, inexplicavelmente, desapareceu após ter sido abordado por policiais militares na porta de sua casa, e conduzido até a sede da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha. De acordo com as informações que foram vinculadas na mídia, a polícia militar mencionou que Amarildo teria sido confundido com um bandido da região e liberado após uma boa “averiguação”. Entretanto, o ajudante de pedreiro jamais retornou para sua casa. Iniciadas as investigações a fim de apurar o paradeiro de Amarildo, a polícia civil descobriu que ele foi submetido a uma sessão de tortura ao lado do contêiner da UPP da Rocinha, e posteriormente, seu corpo foi ocultado.

Ainda nas palavras de Paulo Sérgio Pinheiro (1997), o Brasil, a exemplo de outros países latino-americanos, é uma sociedade que se baseia na exclusão, uma democracia sem cidadania. O impacto da globalização, acoplado à crise provocada pelo ajuste econômico, separa o rico do pobre como se fossem, diz Hector Castillo Berthier, água e óleo.

Em uma pesquisa no Brasil, comparando a polícia brasileira com a polícia estadunidense, a Americas Watch, uma divisão de Human Rights Watch, organização americana não-governamental, assinalava que a polícia civil e militar dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo matava de

forma rotineira um grande número de suspeitos e de indesejáveis, sendo que tais policiais não eram processados por tais crimes. Cinco anos após este primeiro relatório (Américas Watch, 1992), a organização mostrou que a polícia militar de São Paulo havia matado 1.470 pessoas em 1992, ou seja, que ela continuava a matar.

Para Jairnilson Silva Paim (1996), o aparelho policial adotou, nos últimos vinte anos, uma orientação violenta que, prescindindo de mediações legais, e vem causando um alto número de mortes de pessoas predominantemente jovens do sexo masculino, com idade variando entre 15 e 29 anos, pobres, moradores de periferia e negros.

Sérgio Adorno (1995), enfatiza que as polícias militares, de modo geral, têm sua parcela de responsabilidade no crescimento das mortes violentas no país, tendo em vista que o poder público, através das políticas de segurança implementadas pela Polícia Militar, concebe o controle da criminalidade como uma espécie de 'guerra civil', entre autoridades e bandidos.

3.3 Exemplos do abuso de poder punitivo do Estado: relatos familiares de assassinatos cometidos por policiais militares no Brasil

Os exemplos citados a seguir foram retirados do livro: *Você matou meu filho!*, e são casos que ocorreram no estado do Rio de Janeiro, informações coletadas pela Anistia Internacional.

O primeiro, refere-se a criança Eduardo de Jesus, de 10 anos, que foi morto por policiais militares na porta de sua casa, no Complexo do Alemão, zona Norte do Rio de Janeiro, no dia 2 de abril de 2015. A mãe do menino, Terezinha Maria de Jesus, de 40 anos, relata que por volta de 17h30, Eduardo se sentou na porta de casa para esperar a irmã que estava chegando e brincar com um telefone celular. Não havia nenhuma troca de tiros ou operação policial em andamento, foi tudo uma questão de segundos. Nas palavras da mãe: “Eu escutei só um estouro e um grito dele: Mãe... Nisso eu corri para o lado de fora e me deparei com aquela cena horrível do meu filho lá caído”. A mãe do garoto conta que entrou em desespero, viu uma fileira de policiais militares e gritou: “Você matou meu filho, seu desgraçado maldito”. O policial respondeu: “Assim como eu matei seu filho, eu posso muito bem te matar porque eu matei um filho de bandido, um filho de vagabundo”.

Um segundo exemplo é do jovem de 19 anos, Johnatha, morador da favela de Mangueiros, zona Norte do Rio de Janeiro. Foi morto por policiais militares da UPP local. No dia 14 de maio de 2014, por volta das 15h30, Johnatha saiu de casa para levar a namorada até a residência dela. Antes que saísse, Ana Paula, sua mãe, com quem ele morava, pediu que o jovem passasse na casa de sua avó para deixar um doce que ela tinha feito. Ana Paula relembra com tristeza: “Como eu ia imaginar que aquele seria meu último momento com ele?”. No caminho de volta da casa da avó, Johnatha se deparou com essa confusão entre policiais militares da UPP e crianças e adolescentes da favela. Um policial militar atirou para o alto para dispersar o grupo de pessoas que havia se juntado ali e começou uma correria entre todos. Logo depois, outro policial militar disparou em direção aos moradores e Johnatha foi atingido pelas costas, na região do cóccix, enquanto corria.

Em 26 de julho de 1990, 11 pessoas, sendo 7 menores de idade – em sua maioria residentes da favela de Acari e proximidades –, foram retiradas de um sítio localizado em Suruí, bairro do município de Magé (estado do Rio de Janeiro), por um grupo de homens que se identificaram como policiais, e levadas para destino desconhecido. Até hoje seus paradeiros não foram descobertos e os responsáveis não foram levados à Justiça. A Anistia Internacional relatou, em 1994, que as pessoas que levaram os jovens haviam sido identificadas pelo Setor de Inteligência da Polícia Militar como policiais do 9º Batalhão da Polícia Militar, em Rocha Miranda, e como detetives do Departamento de Roubo de Carga da 39ª Delegacia de Polícia da Pavuna, ambos na cidade do Rio de Janeiro.

Ana Claudia era moradora da favela de Acari, tinha 29 anos, era mãe de quatro filhos e estava grávida de aproximadamente 20 semanas quando foi morta por policiais militares do 41º BPM. No dia 26 de novembro de 2014, Ana Claudia saiu de casa por volta das 10h da manhã para buscar seu filho, que estava com febre na casa da sogra, e levá-lo ao médico. Ao sair de casa, foi atingida por disparo de arma de fogo vindo de dentro do “caveirão” usado na operação policial daquela manhã. O disparo, segundo o laudo de exame de corpo de delito de necropsia, atingiu parte de seu rosto e saiu pela nuca, provocando a laceração da carótida esquerda e sua morte. Os vizinhos testemunharam seu falecimento. Os irmãos de Ana Claudia pediram ajuda à Polícia, que não prestou socorro à vítima.

Assim, os próprios irmãos a levaram até o Hospital Raul Gazola, onde foi constatado o óbito.

Edilson Silva dos Santos, de 27 anos, foi baleado na cabeça durante um protesto na favela do Pavão-Pavãozinho, em Copacabana, zona Sul do Rio de Janeiro, no início da noite do dia 22 de abril de 2014. O protesto espontâneo foi uma reação pacífica da comunidade à morte do dançarino conhecido como DG, assassinado por policiais militares horas antes. Edilson tinha uma deficiência mental e morava na favela com sua família adotiva (uma mãe e um irmão). Ele e outros moradores da comunidade estavam desarmados no protesto, mesmo assim policiais militares dispararam tiros para o alto e contra eles. Edilson foi levado por policiais militares para o hospital, porém, de acordo com o laudo médico, já chegou morto. Alan de Souza Lima, 16 anos, foi morto por policiais militares na favela da Palmeirinha, em Honório Gurgel, na zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. No dia 20 de fevereiro de 2015, por volta das 23h, Alan conversava com mais dois amigos no bairro onde morava. Eles haviam voltado de um shopping center, pediram uma pizza e esperavam a entrega. Enquanto isso, eles brincavam e gravavam um vídeo com o telefone celular. O bairro estava parcialmente sem luz. O vídeo registra um momento de diversão entre os jovens. Depois de um minuto de gravação, tiros são ouvidos e o celular cai no chão, é possível ouvir a agonia dos feridos e as vozes de dois policiais militares que se aproximaram. Um deles pergunta aos garotos por que eles correram, “a gente tava brincando, senhor”, responde um dos rapazes.

A mãe de Alan estava dormindo quando uma vizinha a chamou: “Corre, Irene! A Polícia está machucando o Alan”. O pai dele foi até o local. Testemunhas disseram à Anistia Internacional que os policiais militares estavam dentro de um veículo e atiraram – sem nenhum aviso ou abordagem prévia –, atingindo Alan e seu amigo Chauan, de 19 anos.

Muitos moradores se juntaram ao redor do lugar onde os meninos foram baleados. Os policiais contavam com duas viaturas e um “caveirão”. Eles colocaram Chauan (que sobreviveu ao disparo) e o corpo de Alan na viatura, e partiram. A cena do crime não foi preservada. De acordo com o exame de corpo de delito de necropsia, Alan foi alvejado por quatro disparos. Um policial registrou o caso na Delegacia da área como “homicídio decorrente de intervenção policial”.

Esses são apenas alguns exemplos dos inúmeros que podem ser dispostos a respeito do abuso de poder punitivo das autoridades policiais. São situações que infelizmente, acontecem corriqueiramente, e em decorrência dessas circunstâncias gera-se revolta da população, principalmente os mais afetados por essa cultura repressiva, ao passo que se desenvolvem manifestações artísticas contrárias a esse abuso de poder, como uma forma de resistência e liberdade de expressão, objeto do próximo capítulo deste texto.

4. A ARTE COMO FORMA DE MANIFESTO

A Arte é um instrumento de entretenimento, mas também de luta e de liberdade de expressão.

Cecília Meireles (2005), em seu Romance XXVII, também conhecido como Animoso Alferes, recita: “A terra tão rica / e – ó almas inertes! – /o Povo tão pobre.../ Ninguém que proteste! (...)”. A renomada poetisa brasileira critica nesse trecho do seu poema a falta de protesto por parte daqueles que denomina ‘almas inertes’, sendo os sujeitos carentes deste protesto o que traz como ‘povo tão pobre’, denotando a escassez e necessidade de intervenção para com aqueles desprovidos de amparo social.

Oseias Faustino Valentim (2011), também poeta brasileiro, em sua obra Protesta Poeta! Poeta Protesta!, declama: “Protestar não é a essência da poesia! / Mas, qual é a essência da poesia? / O poeta manifesta o que sente e pensa em uma época e em um lugar social! / Assim: há poesia romântica, há poesia política, há poesia religiosa, há poesia erótica...”. Aqui o autor traz as várias facetas que a arte pode abordar. Não somente se faz poesia para tratar de amor ou da beleza da vida, é preciso também de ativismo na literatura, é preciso manifesto e interação com a sociedade e a política.

A expressão artística, quando a isso se propõe, é uma excelente forma de manifesto para as injustiças causadas pelo Estado. Pode-se citar como exemplo da efetividade desse tipo de manifestação, as obras artísticas censuradas no regime militar de 1964. Essa censura às artes foi justificada na época utilizando critérios morais, que as autoridades alegavam estar sendo feridos. Em 26 de janeiro de 1970, o vigente líder da República, Emílio Médici, juntamente com Alfredo Buzaid, expediram o decreto-lei nº 1.077/70. O texto do 1º artigo deste decreto tinha como disposição: não

serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

O cantor Chico Buarque, nome consagrado da música popular brasileira foi um dos maiores alvos na época, juntamente com Raul Seixas e outros.

Uma das músicas de Chico Buarque que foram alvos de censura foi a intitulada “cálice”, que em um dos seus trechos traz: “como é difícil acordar calado, / se na calada da noite eu me dano,

/ quero lançar um grito desumano, / que é uma maneira de ser escutado, / esse silêncio todo me atordoa, / atordoado eu permaneço atento, / na arquibancada pra a qualquer momento, / ver emergir o monstro da lagoa”.

A música foi escrita em 1973 e censurada, sendo liberada apenas no ano de 1978. A estrofe acima denota o sentimento de cerceamento estabelecido na época, quando o cantor diz que o silêncio o atordoa. É uma clara menção a sua privação de liberdade de expressão. Privação essa que se dá em razão de músicas opositoras ao governo do País, contendo críticas as formas de abuso de poder, incluindo a própria censura. Por isso e mais a Arte se faz tão importante no movimento expressionista e revolucionário.

4.1 Negro Drama: A realidade de um preto periférico, contada por um preto periférico

Segundo a própria banda Racionais MC's, em sua biografia no site oficial, eles seriam um grupo brasileiro de RAP que surgiu no final dos anos 80 com um discurso que tinha a preocupação de denunciar o racismo e o sistema capitalista opressor que patrocinava a miséria que estava automaticamente ligada com a violência e o crime. Trinta anos depois, Racionais Mc's, ainda com um forte engajamento na luta contra o racismo e discriminação, vem deixando seu legado.

A primeira expressão artística a ser analisada neste trabalho acadêmico, será a música “Negro Drama”, da então referida banda, lançada no álbum duplo de 2002 “Nada como um dia após o outro”.

A música começa com a seguinte estrofe: Negro drama / entre o sucesso e a lama / Dinheiro, problemas, inveja, luxo, fama / Negro drama / Cabelo crespo e a pele escura / a ferida, a chaga, à procura da cura / Negro drama / Tenta ver e não vê nada / a não ser uma estrela / longe, meio

ofuscada / Sente o drama, o preço, a cobrança / no amor, no ódio, a insana vingança / Negro drama / Eu sei quem trama e quem tá comigo / o trauma que eu carrego / pra não ser mais um preto fodido.

A intenção aqui é analisar a música conforme o discurso e local de fala do autor. Em informações obtidas através da revista online Rap Nacional, o escritor da letra e também vocalista da banda, Pedro Paulo Soares Pereira, conhecido pelo nome artístico Mano Brown, cresceu na periferia do extremo sul da cidade de São Paulo, no bairro do Capão Redondo (Parque Santo Antônio). Um grande defensor da sua identidade cultural como negro, Mano Brown expressa através de suas letras, a insatisfação com a estrutura racista do Estado.

Tem-se nas primeiras frases dessa estrofe, a descrição do peso da realidade de ser um preto periférico no Brasil, aliás, o nome da música já traz de pronto essa concepção do drama na vida de um negro brasileiro. Ele menciona a vida entre o sucesso e a lama, fala sobre o cabelo crespo e a pele escura, e ainda menciona a busca de uma cura para a ferida, para a fuga da realidade do preto sem oportunidades e a busca pela glória.

Nas palavras de Orlando Eni (2009), o discurso é a palavra em movimento, prática da linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na análise do discurso procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. Ainda com base no autor, partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso, e a materialidade do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia.

Enquanto se observa o autor do discurso em seu manifesto, é necessário também o veicular à suas origens, às suas ideologias e com isso, buscar interpretar o sentido por trás da fala desse indivíduo. Mano Brown, sendo um preto de origem periférica traduz com maestria a realidade em que viveu.

Mano Brown, já quase no fim da letra dessa música começa a contar o que ele chama de sua história, com as seguintes frases: Eu também não consegui fugir disso aí / Eu sou mais um / Forrest Gump é mato / Eu prefiro contar uma história real / Vou contar a minha / Daria um filme / Uma negra e uma criança nos braços / Solitária na floresta de concreto e aço / Veja, olha outra vez o rosto na multidão / A multidão é um monstro

sem rosto e coração / Hei, São Paulo, terra de arranha-céu / A garoa rasga a carne, é a Torre de Babel / Família brasileira, dois contra o mundo / Mãe solteira de um promissor vagabundo / Luz, câmera e ação, gravando a cena vai / Um bastardo, mais um filho pardo sem pai / Hei, senhor de engenho, eu sei bem quem você é / Sozinho cê num guenta, sozinho cê num entra a pé.

Aqui o autor deixa claro o seu retrato social como um preto criado por mãe solteira, aludindo também ao período de escravidão. Nesse sentido, Michel Pêcheux (1975) reflete que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Mano Brown, ao colocar sua história dentro da música analisada demonstra essa relação intrínseca com a ideologia narrada, que é de resistência.

A segunda estrofe traz: O drama da cadeia e favela / Túmulo, sangue, sirene, choros e velas / Passageiro do Brasil, São Paulo, agonia / Que sobrevivem em meio às honras e covardias / Periferias, vielas, cortiços / Você deve tá pensando / O que você tem a ver com isso?

A banda questiona nessa estrofe, o drama das prisões e mortes que acontecem com uma frequência maior que o normal para com a população negra e periférica.

Para Paulo Sérgio Pinheiro (1997), os mais afetados por essa violência arbitrária são os desempregados e os marginalizados do sistema educacional, quer sejam por serem vítimas da violência policial ou de crimes comuns contra a vida ou a propriedade. Em nosso país as maiores vítimas são aquelas cujas rendas familiares estão abaixo da linha de pobreza. Continua provocando ao dizer que no Brasil e em muitas democracias recentes da América Latina, o Estado mostrou-se incapaz – ou mesmo sem vontade – de punir as práticas criminosas dos agentes do estado.

O site do governo federal aponta o mapa do encarceramento brasileiro em pesquisa feita no ano de 2015, e segundo dados apurados do Sistema Integrado de Informação Penitenciária (InfoPen), os jovens representam 54,8% da população carcerária brasileira. Em relação aos dados sobre cor/raça verifica-se que, em todo o período analisado (2005 a 2012), existiram mais negros presos no Brasil do que brancos. Em números absolutos: em 2005 havia 92.052 negros presos e

62.569 brancos, ou seja, considerando-se a parcela da população

carcerária para a qual havia informação sobre cor disponível, 58,4% era negra. Já em 2012 havia 292.242 negros presos e

175.536 brancos, ou seja, 60,8% da população prisional era negra. Constata-se, assim, que quanto mais cresce a população prisional no país, mais cresce o número de negros encarcerados.

Em continuação, a banda faz o questionamento: “o que você tem a ver com isso?”, deixando a entender que a população não afetada por esses números não estaria incomodada ao ponto de não se preocupar com a situação latente.

Em consonância com os números acima colocados, cabe a introdução da terceira estrofe da música, que preceitua: Desde o início, por ouro e prata / Olha quem morre, então / Veja você quem mata / Recebe o mérito a farda que pratica omal / Me ver pobre, preso ou morto já é cultural / Histórias, registros e escritos / Não é conto nem fábula, lenda ou mito.

Há bastante o que se analisar nesta frase, primeiramente o escritor remete ao processo histórico do Brasil, quando diz que desde o início já se morriam negros em detrimento da riqueza de outros, traduzidos aqui na figura do ouro e da prata. Continua em uma crítica aos policiais, em referência as autoridades fardadas que ganham mérito em cima da prática de ações letais a sociedade, como algumas condutas agressivas e desnecessárias.

A frase mais forte do trecho é a normatização do pobre preto, sendo preso ou morto, quando o autor alude ser cultural. E conclui com a verdade dolorosa de ser isso a realidade vigente.

Esse discurso do autor se mantém nas estrofes seguintes, onde continua: Ora, nessa história vejo dólar e vários quilates / Falo pro mano que não morra e também não mate / O tic-tac não espera, veja o ponteiro / Essa estrada é venenosa e cheia de morteiro / Pesadelo, hum, é um elogio / Pra quem vive na guerra, a paz nunca existiu / No clima quente, a minha gente sua frio / Vi um pretinho, seu caderno era um fuzil, fuzil.

Para concluir a análise desta letra, a última estrofe a ser estudada ilustra o seguinte: Aí, você sai do gueto / Mas o gueto nunca sai de você, morô irmão? / Cê tá dirigindo um carro / O mundo todo tá de olho ‘ni você, morô? / Sabe por quê? Pela sua origem, morô irmão? / É desse jeito que você vive, é o negro drama.

A banda, nesse momento da música alude ao fato do negro, indepen-

de de ter ou não saído do contexto periférico, continua a sofrer em razão da sua cor, e o racismo estrutural ainda permanece ali, enraizado no país. A cor, nesta situação, é o critério determinante.

4.2 Banditismo por necessidade? Banditismo por pura maldade? Banditismo por uma questão de classe?

Nesse tópico do presente artigo será analisada a segunda expressão artística, estudando da mesma maneira, o discurso do autor e local de fala deste. A música é intitulada como “Banditismo por uma questão de classe”, composta pelo também vocalista da banda, Francisco de Assis França, conhecido pelo nome artístico Chico Science.

Em informações colhidas na revista online Last FM, o grupo Nação Zumbi é uma banda brasileira, nascida no início da década de 1990 em Recife, capital do estado de Pernambuco, a partir na união do Loustal, banda de rock pós-punk, com o bloco de samba-reggae Lamento Negro, e originalmente chamava-se Chico Science & Nação Zumbi. O líder e vocalista da banda, o cantor e compositor Chico Science, co-fundou a banda Mundo Livre S/A e o movimento Manguebeat.

Começando com a primeira estrofe da música, Chico Science coloca: Há um tempo atrás se falava em bandidos / Há um tempo atrás se falava em solução / Há um tempo atrás se falava em progresso / Há um tempo atrás que eu via televisão.

Mais à frente o escritor alude aos cangaceiros na figura de lampião: Oi, sobe morro, ladeira, córrego, beco, favela / A polícia atrás deles e eles no rabo dela / Acontece hoje e acontecia no sertão / Quando um bando de macaco perseguiu Lampião.

A banda é nordestina, mais precisamente da cidade de Recife, a perspectiva continua sendo a do negro, mas dessa vez, um negro nordestino, do ‘manguetown’, como a própria banda se refere. Ele faz uma analogia do sistema de polícia atual com o período do cangaço, onde havia grande perseguição.

Chico Science, em outro momento da música, determina: E o que ele falava, outros hoje ainda falam / “Eu carrego comigo coragem, dinheiro e bala” / Em cada morro uma história diferente

/ Que a polícia mata gente inocente / E quem era inocente hoje já virou bandido / Pra poder comer um pedaço de pão todo fudido.

Novamente a figura do Estado opressor, na frase em que a banda menciona que a polícia mata gente inocente. Maria Victoria Benevides (1983), qualifica as execuções de pessoas em ações policiais como assassinatos mascarados. Ela reconhece que o policial e o “marginal” têm, seguidamente, as mesmas origens socioeconômicas e conclui que essas práticas violentas, inclusive os homicídios contra os grupos populares, parecem revelar a existência de uma “ideologia da segurança social” que se apoia na concepção fascista de “limpeza” da sociedade pela eliminação dos marginais, ou mais seguidamente de simples suspeitos.

A banda Chico Science e Nação Zumbi termina sua manifestação artística com as afirmações: Banditismo por pura maldade / Banditismo por necessidade / Banditismo por pura maldade / Banditismo por necessidade / Banditismo por uma questão de classe!

O questionamento do autor se dá em decorrência dos crimes cometidos nos subúrbios, por indivíduos marginalizados, que acabam por entrarem no mundo do crime pela falta de oportunidade e a necessidade de subsistência, enquanto os grandes políticos e autoridades corruptas continuam a lavar dinheiro público. Há, portanto, um ‘banditismo’ que se dá em função da vulnerabilidade, enquanto há a face do ‘banditismo’ que advém da classe social, os chamados crimes de colarinho branco.

A teoria da vulnerabilidade de Eugenio Raúl Zaffaroni, propõe uma aplicação de aspectos atenuantes de culpabilidade em delitos praticados por indivíduos mais suscetíveis ao *jus puniendi*.

Para Lemos (2010), a culpabilidade por vulnerabilidade surge como medida de redução do poder punitivo penal, servindo como nível máximo da violência aceitável. Trata-se de uma teoria para conter as sanções, devendo sempre reduzir o limite da clássica culpabilidade pelo injusto, ou no máximo coincidir com o mesmo. Bem por isso, é preciso esclarecer, dada a visão redutora do direito penal, esta culpabilidade jamais será mais rigorosa do que a aplicação clássica, não sendo verdadeiro o receio de que os detentores do poder serão mais visados pelo direito penal. Diante do que se expõe, a tese não busca ignorar características sociais e de caráter do autor, mas em verdade utilizá-las de forma contrasseletiva, a justificar uma menor incidência do poder repressivo sobre os menos privilegiados, ou seja, sobre aqueles que são mais visados pelo sistema. Se utilizando desse raciocínio, pode-se analisar que em muitos casos, a culpabilidade

do negro periférico, na atual esfera política e jurídica brasileira, deriva de uma culpa subsidiária que o Estado e a sociedade possuem, adquirida com a exclusão social, a diferença de tratamento e de punições para com esses indivíduos.

A teoria acima citada, tem relação direta com o princípio da Isonomia, ao qual todos seriam sujeitos de direitos e deveres, com igualdade de tratamento, na medida das suas desigualdades.

A igualdade social entre homens e mulheres prevista na constituição, na realidade é uma utopia nacional, basta olhar para as favelas que cercam os morros das grandes metrópoles do Brasil. A pobreza, o descaso e a marginalização dos cidadãos periféricos são reais, e a discrepância com que o Estado pune esses indivíduos marginalizados também.

CONCLUSÃO

O racismo estrutural é uma realidade atual e problemática no Brasil, e no mundo. Realidade essa que muitas vezes é ignorada por parte da população, ou passa despercebido, de tão natural que se tornou.

A população negra e periférica segue sendo discriminada, presa e assassinada. As oportunidades para o negro dentro do meio social são escassas, o que muitas vezes leva o indivíduo a incidir em delitos, sendo duramente penalizado. O resultado de uma herança sangrenta e danosa que a nação tem, a história do sofrimento negro, que não acabou com o fim da escravidão.

O objetivo principal deste trabalho acadêmico se pautava na demonstração, por meio da análise de manifestações musicais, do abuso de poder punitivo do Estado para com a população periférica. Foram levantadas questões de culpabilidade e de vulnerabilidade do indivíduo. Também, foram analisadas as perspectivas das bandas estudadas de acordo com sua realidade de origem através das músicas apresentadas.

A principal crítica é a maneira discrepante que o Estado trata o indivíduo periférico, de pele negra e baixa renda.

Para Luiz Flávio Gomes (2009), a seleção no direito penal ocorre no momento em que a perseguição criminal beneficia aqueles que têm condições de dirigir e influenciar o poder, desamparando os que estão em situações diversas.

Zaffaroni (2004) dispõe que enquanto a criminalização primária

(elaboração de leis penais) é uma declaração que, em geral, se refere a condutas e atos, a criminalização secundária é a ação punitiva exercida sobre as pessoas concretas, que acontece quando as agências policiais detectam uma pessoa que supõe-se tenha praticado certo ato criminalizado primariamente, a investigam, em alguns casos privam-na de sua liberdade de ir e vir, submetem-na à agência judicial, que legitima tais iniciativas e admite um processo (ou seja, o avanço de uma série de atos em princípio públicos, para assegurar se, na realidade, o acusado praticou aquela ação).

Restou demonstrado, através dos exemplos elencados ao longo do texto que por muitas vezes, o Estado, por meio do poder de polícia utilizados no âmbito civil e militar acabam incorrendo em injustiças, manifestadas em razão de situações de abuso de poder de autoridade. Um dos exemplos citados, o caso do músico Evaldo Rosa, resultou inclusive em morte.

Por fim, nas palavras de Zaffaroni, Alagia e Slokar (2002), os delinquentes apresentam-se na figura dos desvalidos, o que gera um estereótipo e proporciona a criação de uma imagem pública negativa pelo fato de os crimes serem apenas cometidos pelos que estão à margem da sociedade, o que torna o sistema ineficaz em relação, por exemplo, aos crimes do colarinho branco, gerando uma epidemia, que alcança tão somente aqueles que são vulneráveis ao poder punitivo.

Encerrando com o pensamento de Michael Foucault (1987), para ele, seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo o mundo em nome de todo o mundo; que é mais prudente reconhecer que ela é feita para alguns e se aplica a outros; que em princípio ela obriga a todos os cidadãos, mas se dirige, principalmente, às classes mais numerosas e menos esclarecidas; que ao contrário do que acontece com as leis políticas ou civis, sua aplicação não se refere a todos da mesma forma; que nos Tribunais não é a sociedade inteira que julga um dos seus membros, mas uma categoria social encarregada da ordem, sanciona outra fadada à desordem (...) A lei e a justiça não hesitam em proclamar sua necessária dissimetria de classe.

É possível que essa situação possa se reverter? Fica o questionamento. Acontece que essa realidade é um reflexo do processo histórico e cultural da construção do país. É necessário que haja uma quebra nesses paradigmas sociais, que deve ser iniciada e incentivada pelo próprio poder

público, pelos representantes do povo, através de políticas públicas, além de uma melhor fiscalização acerca do abuso de poder do Estado e seus agentes de segurança pública.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio. **O Judiciário e o acesso à Justiça**. In: SADEK, Maria Tereza (org). O Judiciário em debate. São Paulo: Idesp, Sumaré, 1995.

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. 7.ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

BENEVIDES, Maria Victória. **Violência, povo e polícia (violência urbana no noticiário da imprensa)**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970**. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil Brasília. 1970.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília. 1995.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 13.869, de 05 de setembro de 2019**. Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Brasília. 2019.

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento nacional de informações penitenciárias: Infopen – Atualização – Junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

Biografia. Racionais MC's. Disponível em: <https://www.racionaisoficial.com.br/>. Acesso em 19 mar. 2021.

BUARQUE, Chico. **Cálce**. In: BUARQUE, Chico. Chico Buarque. São

Paulo: Polygram/Philips, 1978. Faixa 2. CD.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora Edusp, 2000.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral: (arts. 1º a 120). 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual a dos crimes contra a administração pública** (arts. 213 a 359-H). 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012

Caso Lava Jato. Ministério Público Federal, 2014. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso/stf>. Acesso em: 18. mar. 2021.

CHEVIGNY, Paul. **Edge of the knife: police violence in the Americas**. New York: The New Press, 1995

Chico Science & Nação Zumbi, Biografia. Last FM, 2010. Disponível em: <https://www.last.fm/pt/music/Chico+Science+%26+Na%C3%A7%C3%A3o+Zumbi/+wiki>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Luiz Flávio. **Criminalidade organizada e atraso legislativo**. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 2239.

GOVERNO FEDERAL. **Mapa do Encarceramento aponta: maioria da população carcerária é negra**. Governo Federal, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/junho/mapa-do-encarceramento-aponta-maioria-da-populacao-carceraria-e-negra-1. Acesso em: 20 mar. 2021.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martins Fontes, 2006

JARDIM, Afranio Silva. **Direito Processual Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 10ª. ed., 2001. LEFEBVRE, Henry. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEMONS, Clécio José Morandi de Assis. Culpabilidade por Vulnerabilidade. **Ibccrim**, São Paulo, n. 210, p.16-17, 17 maio 2010.

MARCUSE, Peter. **Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado**. In: Espaço e Debates. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, jan./jul. 2004.

MEIRELES, Cecília. **Romanceiro da Inconfidência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PAIM, Jairnilson Silva; COSTA, Maria C. N. et al. **Mortes violentas em crianças e adolescentes de Salvador**. Bahia, Análise e Dados. Salvador: v. 6, n.1, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Les vérités de la palice**. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.

PINHEIRO, Antonio dos Santos. A polícia corrupta e violenta: os dilemas civilizatórios nas práticas policiais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, p. 323–349, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/se/a/Nd3Pf5Fp-wmsJ5y6CVVTzKXP/?lang=pt>. Acesso em: 16 fev. 2022.

PINHEIRO, Paulo Sergio. **O passado não está morto: nem passado é ainda**. In: Dimenstein, Gilberto. Democracia em Pedacos. Direitos Humanos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias**. Tempo Social, São Paulo, v. 9, p. 43–52, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/ts/a/sZnzDRfrCzdWqdnCw-9b7pVg/?lang=pt>. Acesso em: 16 fev. 2022.

Rennan da Penha: **quem é o DJ carioca e por que seu nome é um dos mais citados após decisão do STF**. G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2019/11/08/rennan-da-penha-quem-e-o-dj-carioca-e-por-que-seu-nome-e-um-dos-mais-citados-apos-decisao-do-stf.ghhtml>. Acesso em: 18 mar. 2021.

VALENTIM, Oseias Fausto. **Protesta Poeta! Poeta Protesta!** Rio de Janeiro: All Print, 2011. 140 p.

ANISTA INTERNACIONAL. **Você matou meu filho!**: Homicídios cometidos pela polícia militar no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015.

WEBER, Max. **Economie et société**. Les catégories de la sociologie. Paris:

Plon, 1995 v.1 et 2.

ZAFFARONI, Eugenio Raul; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Derecho Penal: Parte General**. 2. ed. Buenos Aires: Ediar, 2002.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **Culpabilidade por Vulnerabilidade**. Revista Discursos Sediciosos, n. 14. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

ZUMBI, Chico Science e Nação. **Banditismo Por Uma Questão de Classe**. In: ZUMBI, Chico Science e Nação. Da Lama ao Caos. Rio de Janeiro: Chaos, 1994. Faixa 2. CD.